

# **CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

## **Estado do Parana**

### **PROJETO DE LEI Nº 11/92**

**SÚMULA:** Isenta aposentados e pensionistas do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano- IPTU e dá outras providências.

**Art. 1º** - Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e demais taxas lançáveis no carnê, aposentados e pensionistas que sejam proprietários de um único bem imóvel e que percebam o equivalente até três (03) salários mínimos.

**Parágrafo único.** O benefício de que trata o "caput" deste artigo, será revogado de ofício pelo Executivo Municipal, no caso do beneficiário possuir mais de uma fonte de renda.

**Art. 2º** - Os beneficiários terão que comprovar perante o Departamento competente da Prefeitura Municipal, as condições estipuladas no artigo anterior.

**Art. 3º** - O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, constando a forma de fiscalização e os documentos necessários a comprovação das condições estabelecidas nesta Lei.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício de 1993.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Rua Arariboia, 491 - Telefax (0462) 24-2243**  
**PATO BRANCO - PARANA**



Estado do Paraná

# *Câmara Municipal de Pato Branco*

EXMO. SR.

ILÁRIO ANTONIO TONIOLO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

O Vereador que esta subscreve, GERMANO CORONA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para apreciação do douto Plenário, as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 11/92:

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta a expressão "e demais taxas lançáveis no carnê" ao artigo 1º, que passará a vigir com o seguinte teor:

ART. 1º - Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e demais taxas lançáveis no carnê, aposentados e pensionistas que sejam proprietários de um único bem imóvel e que percebam o equivalente até três (03) salários mínimos.

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta parágrafo único, ao artigo 1º, que passará a vigir com a seguinte redação:

ART. 1º - .....

Parágrafo Único - O benefício de que trata o "caput" deste artigo, será revogado de ofício pelo Executivo Municipal, no caso do beneficiário possuir mais de uma fonte de renda.

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta um novo dispositivo ao Projeto, que passará a vigorar com a seguinte redação:

ART. .... - O Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, constando a forma de fiscalização e os documentos necessários a comprovação das condições estabelecidas nesta Lei.



Estado do Paraná

# *Câmara Municipal de Pato Branco*

## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do artigo 3º, que passará vigor com a seguinte redação:

X ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício de 1.993.

## EMENDA ADITIVA


Acrescenta um novo dispositivo ao Projeto, que passará a vigor com a seguinte redação:

X ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nestes Termos;

Pede Deferimento.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1.992.

  
Germano Corona  
Vereador



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

EXMO. SR.

ILÁRIO ANTONIO TONIOLO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

O Vereador que esta subscreve, JOECIR AMADORI no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta ao douto Plenário para a sua apreciação, o seguinte Projeto de Lei:

## PROJETO DE LEI Nº 11/92

Súmula: Isenta aposentados e pensionistas do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e dá outras providências.

ART. 1º - Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, aposentados e pensionistas que sejam proprietários de um único bem imóvel e que percebam o equivalente até três (03) Salários Mínimos.

ART. 2º - Os beneficiários terão que comprovar perante o Departamento Competente da Prefeitura Municipal, as condições estipuladas no artigo anterior.

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

N. Termos;

P. Deferimento.

Pato Branco, 28 de fevereiro de 1.992.

  
JOECIR AMADORI

VEREADOR



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Esta Comissão, dentro das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Casa, analisando a presente proposição de autoria do nobre Vereador Joecir Amadori, que visa isentar aposentados e pensionistas do nosso município do pagamento do IPTU, entendemos estar presente à mesma, interesse público justificado.

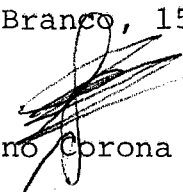
O benefício que a matéria concede, é o reconhecimento as pessoas que através do trabalho, ajudaram o desenvolvimento do nosso município e da nação e, que hoje se encontram economicamente numa situação difícil.

Diante disso e estando a matéria revestida de cunho social e humanitário grandioso, é que somos favoráveis a sua tramitação normal.

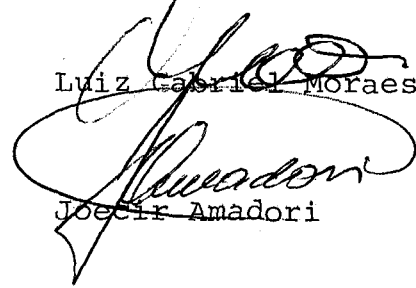
Cumpre-nos ainda ressaltar, que inúmeros municípios brasileiros já concederam tais benefícios.

É o nosso parecer, "Sub censura".

Pato Branco, 15 de abril de 1.992.

  
Germano Corona - Presidente

  
Luiz Gabriel Moraes

  
Joecir Amadori



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

## COMISSÃO DE MÉRITO

PARECER AO PROJETO DE LEI 11/92

SÚMULA: Isenta aposentados e pensionistas do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e dá outras providências.

### ANÁLISE:

Busca o nobre Vereador Joecir "Pingo" Amadori, a isenção para aposentados e pensionistas, previamente e qualificados, como possuidores de apenas um imóvel e que percebem até 3 salários mínimos.

Entendemos seja necessário, algumas instruções, não alterando o mérito da questão, mas procurando dar subsídios a futura regulamentação, tais como uma data limite para o início da contagem do benefício, e a comprovação da veracidade dos bens imóveis dos beneficiados, para que a futura Lei sirva única e exclusivamente aos verdadeiros necessitados e não a falcatuadores, com capacidade de pagamento.

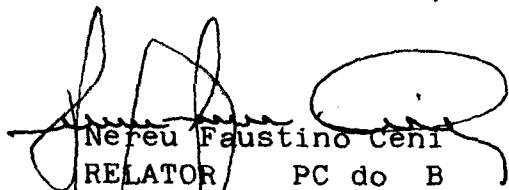
Neste sentido enviamos ao proponente para que analise tais afirmativas.

### PARECER:

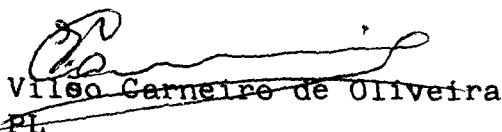
Diante do exposto somos de parecer favorável a matéria, encontrando nela oportunidade e utilidade.

É o parecer, SMJ.

Sala das Comissões, 12 de março de 1992.

  
Nereu Faustino Ceni  
RELATOR PC do B

  
Oradi Francisco Caldato  
PMDB

  
Vilso Carneiro de Oliveira  
PL



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### Projeto de Lei nº: 11/92

Súmula - Isenta aposentados e pensionistas do pagamento do  
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e da  
outras providências

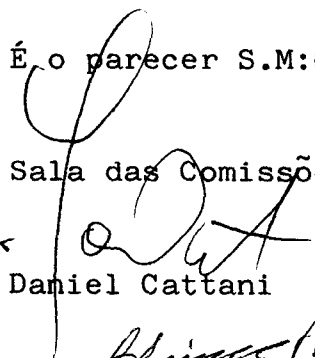
### PARECER

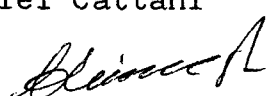
Consoante o parecer da Assessoria Jurídica desta Casa, a  
matéria preenche os requisitos de natureza legal e formal  
a ela inerentes.


Anto o exposto, manifestamos o nosso parecer favorável à  
sua regimental tramitação e a análise de mérito a ser feita  
pelo douto Plenário.

É o parecer S.M.U:

Sala das Comissões, 20 de agosto de 1.992

  
Daniel Cattani

  
Cívico Pedro Defaveri

  
Dileto Nichelle



Estado do Paraná

# *Câmara Municipal de Pato Branco*

## ASSESSORIA JURÍDICA

O Vereador Joecir Amadori, no uso de suas atribuições legais, busca apoio do duto Plenário, para isentar aposentados e pensionistas do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

A proposição visa beneficiar somente aposentados e pensionistas que possuam um único bem imóvel e que percebam o equivalente até três (03) Salários Mínimos.

Os requisitos que o Projeto de Lei impõe, deverão ser comprovados perante o Executivo Municipal, para que os aposentados e pensionistas de nosso município, possam gozar de tal benefício.

Analizando a presente matéria, entendemos que a Câmara Municipal possui competência legislativa sobre referida matéria, conforme dispõe o artigo 99, combinado com o artigo 15 da Lei Orgânica Municipal.

A Lei Maior do Município, no Capítulo VII que trata da Administração Tributária e Financeira, especificamente em seu artigo 86, assim se manifesta:

ART. 86 - A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa.

A respeito da matéria, o Professor José Nilo de Castro, em sua obra Direito Municipal Positivo (Pág. 92), assim se pronuncia:

"Incumbe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente ... legislar sobre tributos municipais ..." (grifo nosso)

Diante disso, entendemos que a Câmara Municipal possui competência concorrente para legislar sobre referida matéria, cabendo ao duto Plenário, analisar se está configurado no presente caso, o interesse público justificado.





Estado do Paraná

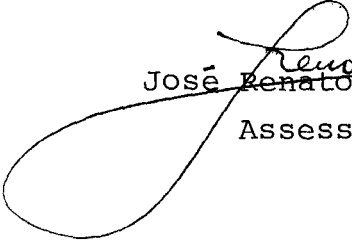
## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Conforme preceitua o artigo 86 da Lei Orgânica Municipal, sugerimos seja incluída emenda aditiva ao artigo 1º, nos seguintes termos: "Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a isentar do pagamento do IPTU ....."

Finalmente, é necessário ainda, que se conste do texto do projeto, dispositivo incumbindo o Executivo Municipal a regulamentação da presente matéria.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 05 de março de 1.992.

  
José Renato Monteiro do Rosario  
Assessor Jurídico